

Sustentabilidade, ética e cidadania: novos desafios da agricultura

ALMEIDA, Jalcione*

Resumo:

O artigo trata da “questão da sustentabilidade” e dos desafios para a implantação de padrões de desenvolvimento e de agricultura democrática e eticamente sustentáveis, bem como do papel da extensão rural voltada para uma agricultura familiar neste contexto.

Palavras-chave: *agricultura sustentável, sustentabilidade, ética, cidadania.*

Tatar a questão da sustentabilidade hoje em dia pode gerar dois grandes incômodos. O primeiro, originado pelo fato de que, para muitos, parece que este tema é inspirado por modismos (uma noção que, muitas vezes, é utilizada para se obter mais facilmente recursos financeiros em projetos ou para parecer “politicamente correto”). O segundo incômodo, porque é ainda uma idéia, Noção incômoda para muitos, para alguns se transforma em desafio e, por extensão, em estímulo para pensá-la enquanto problemática de pesquisa e reflexão. Justamente por representar um emaranhado de posições, refletidas segundo o lugar que cada um ocupa no campo social e político mais geral, esta noção tem motivado o debate nos últimos anos. Entrando nesta discussão, de maneira muito breve e certamente incompleta, farei algumas reflexões acerca do que chamo a “questão do desenvolvimento sustentável”.

Por que esse tema se transformou em uma verdadeira questão? Porque aparece crescentemente como algo já perfeitamente entronizado no tecido social, fazendo parte de demandas específicas, de experimentações - ainda que em menor grau - e de decisões políticas. Por isso que, mesmo

aparecendo às vezes como moda em alguns contextos sociais, o tema é importante e tem relevância social.

A crítica e o debate em torno do desenvolvimento (agricultura) sustentável se intensificam a partir de alguns fatos e movimentos gerais, entre outros:

a) uma crise generalizada nos países de capitalismo periférico, a partir da década de 1950, mostrando que o progresso não é uma virtude natural que todos os sistemas econômicos e todas as sociedades humanas possuem (implicando também na crise do industrialismo e da idéia de que o desenvolvimento é igual a progresso material que, por sua vez, traz o bem-estar social; ou que o desenvolvimento técnico-científico implica sempre o desenvolvimento socioeconômico, o progresso e o crescimento (ALMEIDA, 1997);

b) crises sociais, expressas de diferentes maneiras, via concentração de renda, de riquezas e da terra, o êxodo rural e a violência em todos os sentidos;

c) uma crise ambiental, manifestada também de diferentes e graves formas, como, por exemplo, a degradação e a escassez dos recursos naturais, contaminação dos alimentos, etc.

d) uma crise econômica, a partir da diminuição dos níveis médios de renda e pela constatação que a maioria dos produtos incentivados pela modernização agrícola deixaram de ser atrativos sobre este aspecto, mesmo - e principalmente - as *commodities*.

Enfoca-se, no entanto, um aspecto que engloba tudo o que foi citado anteriormente: a crise da idéia de modernidade ou de modernização embutida nos projetos dominantes de desenvolvimento e sua repercussão nos espaços rurais e agrícolas. Seguidamente, a idéia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em

* Agrônomo e sociólogo, professor e pesquisador dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural e de Sociologia, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade - TEMAS/UFRGS. Pesquisador CNPq. Av. João Pessoa, 31 - 90.040-000 Porto Alegre/RS. E-mail: jal@ufrgs.br.

conseqüência disso, os países periféricos passam a ser julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos ou centrais, todos de modernização precoce. Isso implicou, no mundo inteiro, na aplicação de um padrão único de modernização e, portanto, a ver “em atraso” os países “subdesenvolvidos”.

Esse padrão único, linear, universal (e universalizante) e de caráter positivo, levou muitos países a escolher, de um lado, a racionalização e, portanto, a separação funcional da esfera econômica, racionalizada, e a vida privada, colocando entre as duas um espaço político aberto e um mercado forte; e, de outro, para aqueles que se negavam a aceitar esse padrão “moderno”, um aprofundamento no anti-desenvolvimento como meio de escapar do subdesenvolvimento, ou seja, em uma recusa ao padrão desenvolvimentista imposto, implicando, muitas vezes, no isolamento, na defesa pura e simples das identidades culturais, na contracultura (ALMEIDA, 1997).

Na agricultura e nos espaços rurais, essas crises implicaram na transformação, por vezes brusca e acrítica, da agricultura dita “tradicional”. Essa passou a ser vista, quase sempre, como algo atrasado, incapaz de alavancar o progresso pretendido. Os agricultores que a representam foram alvo de “políticas de modernização” que cada vez mais os inseriram no mercado. Esse, por sua vez, passou a ser o regulador do social, um “ente” com liberdade total para definir e atender as demandas sociais. O cidadão transformou-se, gradativamente, em consumidor. O emblema da superioridade do mercado fica bem expresso na opinião de Victor Lebow (apud NAVARRO, 1995), publicitário e analista de comércio norte-americano, que em 1950 disse:

“a nossa enorme economia produtiva (...) exige que façamos do consumo a nossa forma de vida, que venhamos a converter o ato de comprar e de usar os bens como rituais, que procuremos a nossa satisfação

espiritual, a nossa satisfação do ego, no consumo (...) precisamos de bens consumidos, usados, gastos, substituídos e jogados no lixo em taxas sempre crescentes”.

Mas este mercado não é para todos: existem aqueles que são “mais” consumidores e os que são “menos” consumidores. Há também aqueles que nada ou muito pouco consomem. Esses não são cidadãos, nem tampouco consumidores. Há, portanto, algumas categorias de pessoas que, do ponto de vista do mercado, valem pouco.

Pouco a pouco a visão econômica das coisas e o mercado regulador passam a ser os balizadores do pensamento e da ação social em muitos contextos. Tudo é visto sobre esta ótica; o social subordina-se ao econômico, passando a ser um dos componentes desta esfera, e não o inverso (ALMEIDA, 1999).

A crise da idéia de modernização sustentadora do padrão de desenvolvimento dominante é percebida pelos segmentos sociais de diferentes maneiras. Grosso modo, para facilitar a compreensão

do campo em que se dá este embate por novas alternativas de desenvolvimento ou de superação da crise, tem-se duas grandes posições: uma que acredita que a situação é devida a uma crise dos mercados, esses necessitando de apenas alguns ajustes para que possam superar a crise e atingir novos níveis de acumulação capitalista; outra que pensa que a crise expressa, na verdade, uma crise de modelo, onde os pressupostos do desenvolvimento industrial capitalista mostraram seu esgotamento. Claro está que as propostas para superação da crise, como já mencionado - e reiterado - são política, ideológica, econômica e socialmente diferentes. Está em jogo, na verdade, uma nova concepção de vida social (ou das relações sociais, como preferem alguns).

A grande questão, hoje, diz respeito à possibilidade de nascimento de um novo modo de desenvolvimento

“Está em jogo, na verdade, uma nova concepção de vida social (ou das relações sociais, como preferem alguns)”

(ou de organização social) desenvolvimentista e modernizador, que tenha uma base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável.

O desenvolvimento sustentável parece querer dar a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Há, entretanto, uma

dúvida em relação a qual ator/agente caberia definir os parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração. Trata-se de sustentar o quê? “Futuro comum” de quem e para quem? Aqui reside, na verdade, a principal base de conflitos entre aqueles que disputam a idéia e as práticas sociais e produtivas a elas circunscritas.

Esse novo desenvolvimento, mais sustentável, apresenta alguns desafios e limites, particularmente no que se refere à agricultura. Os organismos “oficiais” têm se esforçado para alcançar uma conceituação de desenvolvimento sustentável capaz de ser aceita pela maioria dos atores/agentes econômicos envolvidos com o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. No entanto, estes esforços não têm sido tão promissores, o que se constitui em um desafio para aqueles que estão empenhados na busca do desenvolvimento. A definição que mais se aproxima do consenso “oficial” é ainda aquela do Relatório Brundtland (ALMEIDA, 1996).

Também não há nenhum consenso acerca dos padrões de crescimento econômico que devem embasar a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Eles deveriam seguir aqueles padrões dos países mais avançados industrialmente ou os dos países pobres ou “em desenvolvimento”? Para alguns, se analisada por critérios ambientais tais como a utilização de recursos não-renováveis e a poluição, os países do hemisfério sul estariam mais próximos da sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável não esbarra somente em embaraços conceituais. Ele envolve uma discussão mais ampla, filosófica e científica que passaria inclusive pelo questionamento das utopias sociais atuais.

No que se refere à agricultura sustentável, é no campo técnico-científico que parecem residir as principais dificuldades, pois falta acúmulo de conhecimentos sobre a noção e, conseqüentemente, carece-se de proposta de maior legitimidade técnico-científica. Mesmo assim, a agricultura sustentável já conseguiu mostrar alguns resultados no campo da experimentação (produtiva e social), bem como se justifica e se legitima socialmente pela justiça dos propósitos de equidade e preservação ambiental.



Outra dificuldade reside no caráter interdisciplinar da noção de agricultura sustentável. Áreas do conhecimento, como a biologia, ecologia, agronomia, sociologia, economia, entre outras, devem ser integradas para uma maior e melhor compreensão dos sistemas agrícolas. Mas a “comunidade” científica, preocupada com a monodisciplinaridade, e devido a sua grande heterogeneidade social e múltiplos interesses científico-acadêmicos, ainda não se voltou para essa perspectiva, devendo ser reciclada para melhor se adaptar às novas tendências da pesquisa.

O que se vê, quando se fala de agricultura sustentável, são preocupações e discussões ainda mais voltadas para o “natural” e menos para o “social”. A problemática da erosão dos solos e da contaminação dos recursos hídricos e a destruição das florestas têm predominado no debate. Pouco ainda se ouve falar e propor uma sustentabilidade voltada para a extinção da miséria e da pobreza.

A confusão/imprecisão conceitual da agricultura sustentável permite agregar em torno de si diferentes posições, desde aqueles que propõem a redução do uso de insumos químicos, até os que buscam alternativas novas e mais radicais para as práticas produtivas e sociais, tentando substituir aquelas que a agricultura convencional implantou nas últimas décadas. Esse conjunto de posições abrange uma variedade de tendências religiosas, ideológicas e visões de mundo que, muitas vezes, chegam a ser antagônicas.

O debate atual em torno da agricultura sustentável parece se polarizar nas seguintes posições principais: aqueles que, de um lado, pensam esse tipo de agricultura como objetivo, projeto, e, de outro, os que querem estabelecer e implantar um conjunto de práticas ou regras produtivas mais ambientalistas se comparadas com o modelo convencional. Por enquanto, a agricultura sustentável é apenas um termo e não uma prática em andamento.

O que se pode pensar é que haverá certamente uma “evolução” do atual modelo de produção agrícola, em uma direção ainda não muito clara, mas que certamente deverá combinar elementos de várias propostas alternativas e de um “melhoramento” das práticas

convencionais.

Alguns desafios se colocam àqueles que lutam por esta nova forma mais sustentável de praticar a agricultura:

a) a necessária constituição de novos paradigmas que influenciem novos formatos tecnológicos;

b) o desenvolvimento de novas formas de atuação institucional, na pesquisa, na extensão e no ensino (na pesquisa, por exemplo, através da reversão de suas prioridades, passando da perspectiva “da produtividade” para aquela “da conservação” dos recursos naturais, analisando, prevendo e evitando sérios impactos ao meio ambiente; no que diz respeito à extensão, comentários mais adiante);

c) a incorporação/integração de várias disciplinas na geração de novos conhecimentos;

d) a busca de efetivos indicadores de sustentabilidade;

e) o trato, no mesmo nível, das questões técnicas, ambientais e sociais (é possível a conciliação do “socialmente equitativo”, o “ambientalmente equilibrado” e o “economicamente produtivo?”); e,

f) quais as tendências, se mantido o padrão convencional? Quais as incertezas das “novas tecnologias” e seus possíveis impactos no desenvolvimento rural?

Aborda-se ainda rapidamente dois outros temas intimamente relacionados entre si e, ambos, com a temática do desenvolvimento e da sustentabilidade: um, diz respeito ao campo propriamente da ética; o outro, trata da extensão rural e seu novo papel neste contexto.

Para a nova concepção de desenvolvimento - e de agricultura - que parece surgir, os temas e ideais como democracia, autodeterminação dos povos, respeito à diversidade cultural, à biodiversidade natural e à participação política dos cidadãos, nas suas diferentes formas, resultam de opções políticas, implicando no deslocamento da racionalidade econômica para o campo da ética. A discussão, pois, passa a ser referida aos valores que determinam concepções do que sejam as “necessidades humanas”. A solução da crise ambiental, por exemplo, passaria pela democratização

do controle sobre os recursos naturais e pela desprivatização do meio ambiente comum. No campo propriamente social, a integração crescente de amplas massas da população até agora excluídas seria a prioridade, transformando pessoas em cidadãos, cientes do que fazem.

Nesta perspectiva, as metas de sustentabilidade ambiental, equidade de gêneros, erradicação da pobreza, respeito aos direitos humanos, emprego e integração social devem ser atingidas através de um processo complexo que envolve conflito e cooperação nos níveis local, nacional, regional e global, mobilizando uma variedade de atores sociais tais quais governos, organizações internacionais, corporações e grupos de cidadãos. Trata-se, portanto, de um quadro conceitual global e relacional que ilumina o conjunto das dimensões do desenvolvimento, incluindo a da integração democrática e ética da variável ecológica constitutiva dos processos sociais (ACSELRAD, 1999).

Outro grande desafio para a construção democrática e ética da sustentabilidade, este em nível global, é diminuir o que se entende por sobreconsumo dos países do norte e das classes privilegiadas dos países menos desenvolvidos por razões de justiça e por meios justos. Para isso, não seria apropriado lidar com o assunto por estágios, como muitos propõem, ajustando ecologicamente o consumo para depois compensar os efeitos indesejáveis nas populações pobres dos países menos desenvolvidos. O maior desafio é começar a desencadear, de forma coordenada, o ajuste ecológico do consumo e as dinâmicas de redistribuição. Essa iniciativa pode passar, por exemplo, pelo aumento dos preços das mercadorias exportadas pelas nações menos desenvolvidas, combinada com iniciativas desses países com a desintensificação da produção e o menor

impacto sobre os seus “recursos” naturais, através da promoção de circuitos alternativos de comércio, onde as redes de consumo dos países do Norte sejam ligadas diretamente a sistemas produtivos mais justos e menos predatórios dos países do Sul (ACSELRAD, 1999).

Por fim, a extensão rural. Creio que o público-meta - não exclusivo - da extensão deve ser os agricultores familiares. Muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar deve ser percebida e definida como um valor. O apoio que recebe vem das conseqüências que seu desenvolvimento pode propiciar: melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável, luta contra a exclusão

e a pobreza. Existe, na verdade, na agricultura familiar, alguns atributos cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais que dão - ou poderão dar - coesão à ação extensionista. Mais do que isso, a agricultura familiar é vista como o segmento social e produtivo capaz de contrabalançar a tendência tão própria à sociedade de desvalorizar o meio rural como

**“O maior desafio é
começar a desencadear,
de forma coordenada,
o ajuste ecológico do
consumo e as dinâmicas
de redistribuição”**

lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “aventura industrial urbana”, “modernizadora e civilizatória”. A agricultura familiar deve ser vista como portadora dos valores ligados à cidadania, como meio principal de construção daquilo que na sociedade é visto como uma contradição nos termos: a cidadania no campo.

Alerta-se, no entanto, para um “desvio” possível da ação extensionista quando se direciona a esses princípios: por maiores que sejam a sensibilidade e as preocupações sociais dos técnicos, tem-se de atentar para os riscos da ação norteada por critérios



de justiça social. Isso geralmente tem levado ao assistencialismo e ao clientelismo. Por um lado, há uma rejeição generalizada da idéia de que a extensão só deve preocupar-se com agricultores considerados “viáveis”, deixando que os segmentos classificados como marginais ou periféricos sejam objetos de políticas de assistência social. Por outro lado, porém, deverá se manter uma constante preocupação com o trabalho com populações em situação de pobreza, onde as propostas devam ser economicamente sustentáveis e “reais”, caso contrário darão lugar, fatalmente, a relações de natureza clientelista e assistencialista.

A preocupação ética que faz da luta contra a pobreza um dos maiores motores do trabalho extensionista é acompanhada da valorização da autonomia e da independência que devem resultar das ações de desenvolvimento, sempre apoiadas nas estruturas organizativas dos próprios agricultores. Há, permanentemente, uma tensão entre a luta contra a pobreza e a necessidade de autonomia e independência, que não pode ser escamoteada. Só o trabalho extensionista consciente e participativo pode impedir isso. Não esquecer nunca que a miséria é o principal caldo de cultura do clientelismo!

O extensionista não deve mais, portanto, definir-se como um “ser iluminado”, como detentor de um saber técnico a ser difundido entre indivíduos culturalmente atrasados ou necessariamente precisando de informações técnicas, mas como parte do processo de construção da cidadania no campo.

Em vista disso, reforça-se a necessidade da busca de um desenvolvimento sustentável, particularmente em um país como o Brasil, através de uma ilustração. A sociedade, muitas vezes, tem se caracterizado por situações muito emblemáticas, muito sintomáticas de um país tão desigual, quando se permite, sem qualquer possibilidade de atuação governamental, que um anúncio nos classificados de um jornal paulista, em dezembro de 1994, ofereça, para venda, uma fazenda de 4 milhões de hectares!¹ Quatro milhões de hectares é uma área equivalente a 70% de Portugal, por

exemplo! Se construiu-se uma sociedade como essa, onde três quartos de um país como Portugal são ofertados livremente no mercado, que alguém tem a apropriação privada disso e não precisa nem utilizar, podendo deixar simplesmente desocupado, então o desenvolvimento social tem de caminhar, necessariamente, em outra direção. Essa é uma simples ilustração que serve para mostrar como o desenvolvimento sustentável neste país é uma necessidade urgente.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. *A construção da sustentabilidade*: uma perspectiva democrática sobre o debate europeu. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável, FASE, 1999. (*Cadernos de Debate* 5)
- ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. *Redes*, Santa Cruz do Sul, Unisc, v.1, n.2, p.9-16, 1996.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura*: idéias e ideais na busca do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora da Universidade UFRGS, 1997.
- ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1999.
- NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento rural sustentável*: uma introdução. *Encontro Regional de Porto Alegre*, preparatório à Conferência Internacional Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, jul. 1995 (anotações do autor gentilmente cedidas);

Notas

- ¹ Os termos do anúncio: “Vendo a maior fazenda do mundo, com 4 milhões de hectares, 60 milhões de m³ de madeiras de lei já inventariada, sendo 37 espécies, 28 rios, alguns navegáveis. Maiores informações tratar (...)” (*O Estado de São Paulo*, dez. 1994).